

## DESAFIOS E RESISTÊNCIAS: JOVENS MULHERES NO ENSINO MÉDIO E DESIGUALDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Deane Taiara Soares Honório <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo busca compreender os desafios enfrentados por jovens mulheres em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com a desigualdade de gênero, impactando a permanência e a conclusão do ensino médio. A pesquisa se baseia em teorias de gênero e educação e analisa as intersecções entre gênero, vulnerabilidade social e escolarização. O estudo revela que, apesar do desempenho acadêmico superior das meninas no ensino básico, fatores como gravidez precoce, sobrecarga doméstica e falta de apoio familiar e estrutural contribuem para a evasão escolar. Além disso, evidencia-se que a desigualdade de gênero e as responsabilidades familiares afetam negativamente as trajetórias educacionais dessas jovens. Em Sergipe, por exemplo, as disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, o acesso desigual à educação e a sub-representação feminina nas esferas políticas refletem um contexto de desigualdade estrutural que dificulta o sucesso educacional das mulheres. A análise das políticas educacionais voltadas para o apoio à permanência escolar revela que há lacunas significativas no suporte a essas estudantes. O estudo sugere a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades de gênero e vulnerabilidade social, com foco na criação de ambientes educacionais mais inclusivos e no fortalecimento da autonomia das jovens mulheres.

**Palavras-chave:** Desigualdade de gênero, vulnerabilidade social, educação, evasão escolar, políticas públicas.

### INTRODUÇÃO

A vivência como mulher, mãe, professora e trabalhadora despertou o interesse em investigar as desigualdades de gênero e os desafios enfrentados por jovens mulheres em situação de vulnerabilidade social. Essa reflexão se aprofundou durante a graduação e o mestrado, especialmente com a chegada da maternidade, quando a conciliação entre trabalho, estudos e cuidados com o bebê tornou-se ainda mais complexa. No mestrado, a pesquisa sobre a reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) evidenciou como o discurso oficial tende a direcionar jovens da classe trabalhadora para formações superficiais e de baixo prestígio, reforçando uma lógica dual de educação.

Nesse contexto, a situação socioeconômica agrava as dificuldades enfrentadas por jovens mães, que muitas vezes abandonam os estudos e o trabalho por falta de acesso a cuidados infantis, o que compromete sua autonomia e perpetua a dependência financeira. Essa realidade também afeta outras adolescentes em vulnerabilidade, que, embora reconheçam o valor da educação para a mobilidade econômica, nem sempre a

---

<sup>1</sup>Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [taiaradeane@gmail.com](mailto:taiaradeane@gmail.com).

associam ao empoderamento social. Ainda assim, concluir a educação básica é fundamental para romper ciclos de pobreza e desigualdade de gênero, promovendo maior autonomia feminina, apesar dos inúmeros obstáculos enfrentados, como a conciliação entre maternidade, trabalho e escola (Padilha, 2011).

Historicamente, a exclusão das mulheres de espaços sociais e públicos foi sustentada por uma visão biologizante que as associa à fragilidade e à passividade, fundamentada em características como a gestação, a amamentação e a menstruação. Essa perspectiva, conforme Beauvoir (1970), legitima a subordinação feminina ao posicioná-la como “o outro” em relação ao homem, reforçando a ideia de uma superioridade masculina naturalizada por discursos sociais e religiosos. A desigualdade de gênero é intensificada pela ausência de solidariedade entre diferentes grupos de mulheres, especialmente quando interesses de classe e raça se sobrepõem à luta comum.

A partir da desconstrução da categoria de gênero proposta por Butler (2003), torna-se possível desestabilizar essas estruturas naturalizadas e repensar os papéis sociais impostos às mulheres. Nesse contexto, a pesquisa científica se configura como ferramenta crítica frente aos discursos hegemônicos, ao evidenciar que muito do que é considerado natural resulta de práticas sociais historicamente construídas. Assim, destaca-se a importância de promover espaços de escuta e valorização das vozes femininas silenciadas, especialmente de jovens mulheres no contexto da escola pública (Silva; Dourado, 2020).

As jovens estudantes têm buscado maior espaço para a expressão e afirmação de suas identidades, evidenciando a necessidade de que a escola repense suas práticas pedagógicas de modo a valorizar seus interesses e expectativas, considerando a diversidade presente. No entanto, muitas instituições ainda enfrentam dificuldades para romper com lógicas modernas e discursos naturalizados que reforçam matrizes identitárias hegemônicas, como o adulto, masculino, branco e heterossexual, e silenciam questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. Tal cenário contribui para o desconhecimento de conceitos como sexo, sexualidade, gênero e orientação sexual por parte das estudantes (Silva; Dourado, 2020).

Além disso, preconceitos e estereótipos de gênero, frequentemente reforçados por influências familiares e religiosas, perpetuam a ideia de superioridade masculina e marginalizam expressões não normativas de sexualidade e identidade de gênero. Diante disso, torna-se urgente que a escola questione padrões normativos, enfrente discursos excludentes, combata preconceitos e promova um ambiente pedagógico que acolha



diferentes formas de masculinidade e feminilidade, colocando as jovens no centro da cultura escolar (Silva; Dourado, 2020).

Ao considerar também os desafios sociais e estruturais enfrentados por essas jovens, tais como a sobrecarga doméstica, a vulnerabilidade econômica, a desigualdade no mercado de trabalho e a sub-representação política, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: quais são os desafios enfrentados por jovens mulheres em situação de vulnerabilidade para permanecerem e concluírem o ensino médio, e de que forma as desigualdades de gênero atravessam suas trajetórias escolares em meio a dinâmicas complexas de resistência, agência e exclusão? Tendo como objetivo geral entender os desafios enfrentados por jovens mulheres em contexto de vulnerabilidade e a relação da desigualdade de gênero para a permanência e conclusão do ensino médio.

Para tanto, além desta introdução, que apresenta a justificativa, o problema e o objetivo da pesquisa, este artigo inclui o percurso metodológico, duas categorias analíticas que articulam o referencial teórico com a análise dos dados e, por fim, as considerações finais. A primeira categoria aborda as desigualdades vivenciadas por jovens mulheres no ensino médio público, considerando os marcadores de gênero, classe, raça e maternidade. A segunda discute como práticas educacionais e políticas públicas brasileiras têm buscado enfrentar essas desigualdades, reconhecendo a pluralidade das juventudes. Serão analisadas manifestações concretas dessas desigualdades no cotidiano escolar, como o controle sobre os corpos das meninas e a sobrecarga com tarefas domésticas, bem como as formas de resistência protagonizadas por elas.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada nesta pesquisa é de abordagem qualitativa, fundamentada na Cartografia como perspectiva epistemológica. A Cartografia rompe com métodos tradicionais ao acompanhar os movimentos e fluxos do campo, inspirada na Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari (1997). Essa perspectiva busca a criação contínua de sentidos, sendo metaforizada pela “choreografia do desassossego”, proposta por Oliveira (2012). A pesquisa qualitativa, por sua vez, distancia-se do positivismo e privilegia a compreensão dos sentidos e experiências dos sujeitos em contextos de vulnerabilidade social (Bogdan e Biklen, 1994). O núcleo da investigação é a Pesquisa Etnográfica, mobilizada em uma lógica pós-crítica, que exige convivência



direta e prolongada nos contextos escolares e sociais, buscando interpretar as relações de gênero e as estratégias de resistência das jovens mulheres (Klein; Damico, 2012).

Para a produção das informações, utiliza-se a Análise Crítica dos Documentos (Bertoldo, 2023; Foucault, 2008) que afasta-se da leitura literal, tratando-os como “monumentos discursivos” para problematizar as condições históricas de produção dos discursos e seus efeitos de poder. A análise dos dados será realizada por meio da Análise do Discurso Foucaultiana (Foucault, 2008; Bertoldo, 2023), que examina como os discursos sobre gênero, maternidade e escolarização moldam as experiências e a subjetivação dessas jovens.

## **A INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO, COR E CLASSE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS MULHERES**

A trajetória educacional das jovens mulheres no ensino médio público é fortemente impactada por desigualdades de gênero e vulnerabilidade social, que dificultam sua permanência na escola e limitam oportunidades. Segundo o Censo Escolar de 2023, há 3,9 milhões de jovens mulheres matriculadas no ensino médio, representando 50,9% do total de estudantes. Essa vulnerabilidade não se restringe ao aspecto financeiro, pois, fatores sociais e estruturais, como a falta de suporte escolar e familiar, também exercem influência negativa sobre o percurso acadêmico (Alves; Semzezem, 2013).

De acordo com o relatório “*Education at a Glance*” elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Observatório da Equidade Educacional, 2024), apesar do melhor desempenho escolar das meninas e da maior taxa de conclusão do ensino superior (28% contra 20% dos homens), elas continuam enfrentando dificuldades para acessar empregos de qualidade. Segundo o relatório, apenas 44% das mulheres com escolaridade inferior ao ensino médio conseguem emprego, frente a 80% dos homens na mesma condição. Esses dados demonstram que a maior escolarização feminina não garante equidade nas oportunidades, devido às barreiras estruturais impostas pela desigualdade de gênero.

Em Sergipe, um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados de 2019, apontam uma das maiores desigualdades de gênero do país quanto à sobrecarga doméstica: mulheres com 14 anos ou mais dedicam, em média, 22,5 horas semanais aos cuidados do lar, enquanto os homens dedicam apenas 10,1



horas. Entre as mulheres pretas e pardas que também trabalham fora, essa média é de 20,4 horas, o dobro do tempo dedicado pelos homens da mesma raça (Sergipe em Foco, 2021). Essa carga não afeta apenas o tempo, mas reflete uma estrutura social que responsabiliza as mulheres, desde cedo, pelo trabalho reprodutivo, limitando seu desempenho escolar e acesso a oportunidades.

Entre jovens do ensino médio, a dupla jornada compromete o tempo para estudos, descanso e participação em atividades escolares, afetando também sua saúde mental. No mercado de trabalho, a desigualdade é evidente: em 2019, a taxa de desemprego em Sergipe foi de 15,4%, mas entre as mulheres chegou a 19,2% e, entre mulheres pretas e pardas, a 20,7%, comparada a 13% entre mulheres brancas. A baixa inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política reforça sua vulnerabilidade e dependência financeira. Ainda em Sergipe, elas representam apenas 12,4% do efetivo das forças de segurança, e seguem sub-representadas em cargos de poder. Essa exclusão estrutural evidencia a necessidade de maior participação feminina na formulação de políticas públicas sensíveis às questões de gênero (Sergipe em Foco, 2021).

Em São Cristóvão-SE, um estudo revelou a intensa vulnerabilidade social de jovens mulheres em idade escolar, agravada por fatores como baixa escolaridade, maternidade precoce, ausência de rede de apoio, falta de acesso à creche, desemprego, raça, idade e abandono paterno. O dado mais expressivo aponta que 38,51% das participantes identificaram a falta de apoio como principal obstáculo para permanecer na escola. Isso evidencia que jovens mães de baixa renda enfrentam desafios adicionais em relação às meninas de classe média, especialmente na conciliação entre estudo, trabalho e cuidado com os filhos, o que compromete sua permanência e conclusão da educação básica (Oliveira, 2024).

O estudo aponta que 16,9% das participantes enfrentam desigualdades marcadas pela interseccionalidade entre gênero e raça, revelando que essas opressões atuam de forma combinada. No caso de jovens negras, mães e de baixa renda, os desafios se intensificam, pois enfrentam múltiplos marcadores sociais que dificultam a permanência e a conclusão da educação básica. A falta de apoio adequado agrava essas barreiras, sobretudo para aquelas que também precisam trabalhar. Além disso, a persistência das desigualdades no mercado de trabalho e na divisão das responsabilidades familiares, mesmo com o melhor desempenho acadêmico das mulheres, mostra que a educação, isoladamente, não tem garantido equidade (Oliveira, 2024).



## **DA CONDIÇÃO SUBALTERNA À RESISTÊNCIA: BUSCA POR JUSTIÇA E EQUIDADE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO**

Nesta seção, discute-se as desigualdades de gênero vivenciadas por jovens mulheres no ensino médio, especialmente aquelas em contextos de vulnerabilidade social. Parte-se da compreensão dos processos de subjetivação e da condição da mulher subalterna, atravessada por opressões de classe, raça e gênero, para analisar como essas experiências interferem em suas trajetórias escolares. A discussão articula conceitos como gênero, juventudes, resistência, subjetividades, escola pública de ensino médio e vulnerabilidades sociais, visando compreender de que maneira as práticas educacionais podem contribuir para o enfrentamento das desigualdades e para a construção de relações mais justas no espaço escolar.

Na concepção de Foucault (1985), os modos de subjetivação são compreendidos como formas historicamente construídas pelas quais os indivíduos se tornam sujeitos, inseridos em contextos culturais específicos. Em vez de analisar o poder de maneira isolada, Foucault investiga como as práticas sociais, éticas e políticas moldam a constituição do sujeito. O autor destaca o conceito do “cuidado de si” no pensamento grego, entendido como uma escolha individual e também como um projeto político. Com o tempo, essa prática foi se transformando, assumindo caráter normativo, como no ascetismo cristão, em que o sujeito é capturado por práticas de vigilância, moralização e disciplina.

Nesse contexto, emergem lutas que contestam essas formas de sujeição. A resistência aparece, então, como uma possibilidade ética e política de invenção de novos modos de vida que escapam às normas universalizantes, propondo uma compreensão do sujeito a partir da pluralidade de experiências e da historicidade das formas de existir. Complementando essa perspectiva, Deleuze (2001) afirma que o sujeito não é uma entidade fixa ou estável, mas se constitui no fluxo das experiências e nos encontros que afetam o corpo, produzindo diferença. O processo de subjetivação é contínuo e se dá em meio a forças externas e impessoais, que desestabilizam modos de vida previamente estabelecidos e exigem a criação de novos sentidos. A subjetividade, assim, não é uma essência, mas um devir, algo em constante transformação, reconfigurado por afetos e acontecimentos. Para Deleuze, a tentativa de fixar esse processo em uma identidade estável transforma o sujeito em uma abstração transcendente. O sujeito só pode ser



compreendido em sua dimensão prática, marcada pela imprevisibilidade e pela abertura à criação de novos modos de existência.

O conceito de subalternidade refere-se à posição marginalizada que certos grupos ocupam nas estruturas de poder, frequentemente impedidos de expressar-se ou ter sua voz reconhecida. No caso da mulher subalterna, essa condição é agravada pela sobreposição de opressões baseadas em gênero, classe, raça e outras formas de dominação. Spivak (2010) argumenta que a mulher subalterna encontra dificuldades ainda maiores para se fazer ouvir, uma vez que seus discursos são sistematicamente apagados, distorcidos ou apropriados por estruturas patriarcais e coloniais. Ela destaca que, devido às complexas relações de poder, a mulher subalterna não pode efetivamente “falar” no sentido de uma expressão autêntica e reconhecida nos marcos hegemônicos. Sua voz é mediada e silenciada, não por ausência de fala, mas pela impossibilidade de ser ouvida de forma legítima.

Diante dessa condição, a resistência surge como uma resposta ética e política às injustiças. Fattorelli (2013) defende que a luta por justiça, especialmente em contextos de omissão legal, aparece como uma exigência moral de enfrentamento ao status quo. A resistência, nesse sentido, não é apenas uma reação, mas uma ação política transformadora, voltada à conquista de liberdade e ao atendimento de necessidades fundamentais. Arendt (2009, 2010) também reconhece a legitimidade da resistência em contextos em que os mecanismos institucionais de mudança se mostram insuficientes ou quando o Estado atua à margem da legalidade. Para a autora, a ação coletiva torna-se essencial nesses casos, constituindo-se como um dever moral diante das injustiças. Assim, discutir desigualdade de gênero envolve considerar essas formas de resistência como instrumentos para construção de justiça social e desconstrução de hierarquias opressoras.

Davis (2017) propõe uma análise interseccional da desigualdade de gênero, afirmando que ela não pode ser compreendida de forma isolada, mas deve ser analisada em sua articulação com o racismo e a exploração de classe. A autora critica o feminismo hegemônico por construir uma ideia abstrata de “mulher”, baseada na experiência de mulheres brancas de classe média, e por ignorar as condições estruturais que afetam mulheres negras, indígenas, trabalhadoras informais e periféricas. Segundo Davis, a desigualdade de gênero se manifesta de maneira acentuada na esfera econômica. Altos índices de desemprego, subemprego e sub-remuneração afetam desproporcionalmente as mulheres negras e pobres. A “feminização da pobreza” é um fenômeno alarmante que



reforça a urgência de políticas estruturantes. A autora defende medidas como a criação de empregos dignos, sindicalização de trabalhadoras informais, igualdade salarial, combate ao assédio, ampliação da licença-maternidade e um sistema de creches público, acessível, antirracista e não sexista.

Compreender a desigualdade de gênero e a vulnerabilidade social exige olhar para o contexto da escola pública, especialmente no ensino médio, em que múltiplas juventudes experienciam essas realidades. A escolha pelo uso do termo “juventudes” (no plural) busca reconhecer a heterogeneidade desse grupo social, para além de recortes etários, considerando diferenças de gênero, raça, classe e orientação sexual (Pais, 1990; Spósito; Tarábola, 2017). Apesar de avanços como a expansão das matrículas e as políticas de inclusão entre 1995 e 2015, persistem desigualdades educacionais significativas.

A renda familiar segue como fator determinante da permanência escolar, e jovens negras, indígenas e pobres enfrentam barreiras adicionais. A sobrecarga com trabalho doméstico e a maternidade precoce impactam diretamente a trajetória escolar das jovens mulheres (Senkevics; Carvalho, 2020). Outro desafio refere-se à dificuldade da escola pública em dialogar com a diversidade juvenil. Representações estigmatizadas e preconceituosas ainda predominam, invisibilizando o jovem real que habita o espaço escolar. Discriminação racial, homofobia, gravidez na adolescência e desigualdades econômicas contribuem para a exclusão de estudantes e dificultam a construção de um ambiente de pertencimento (Dayrell, 2007).

Euzébio (2023), ao investigar estudantes do ensino médio, revela que a dimensão relacional da escola é fundamental para os jovens, especialmente para as meninas em situação de vulnerabilidade. Enquanto os meninos costumam ter mais liberdade, muitas jovens enfrentam restrições familiares e sobrecarga de tarefas domésticas, vendo na escola um espaço de socialização e construção de autonomia. Os relatos revelam a tensão entre a crítica às normas heteronormativas e a vivência concreta da sobrecarga de trabalho de cuidado. A interseccionalidade evidencia que jovens mulheres negras são especialmente afetadas, como no caso de uma estudante que, além de estudar, cuidava de outras pessoas e realizava tarefas domésticas, reafirmando a histórica associação entre mulheres negras e o trabalho precarizado. Apesar disso, muitas dessas jovens veem na educação uma possibilidade de transformação de suas vidas, embora enfrentem desafios estruturais que exigem atenção das políticas públicas.



Diante desse cenário, algumas políticas públicas educacionais têm buscado promover equidade e justiça social para jovens em situação de vulnerabilidade. Entre as principais iniciativas do Ministério da Educação (MEC), destacam-se: i) Programa Mulheres Mil (Portaria MEC nº 725/2023): oferece formação profissional e tecnológica com valorização das trajetórias de mulheres em vulnerabilidade; ii) Programa Escola em Tempo Integral (Lei nº 14.640/2023): amplia a jornada escolar, favorecendo a permanência e liberando tempo para mães jovens estudarem ou trabalharem. Mais de um milhão de matrículas foram criadas em 2023; iii) Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil (Lei nº 12.499/2011): repassa recursos federais para ampliar a oferta de creches; iv) Programa de Dignidade Menstrual (Decreto nº 11.432): distribui absorventes e promove campanhas educativas sobre cuidados básicos; e, v) Retomada de obras escolares: com a criação de 724,6 mil novas vagas e conclusão de 650 obras em 2023, reafirma o papel da infraestrutura escolar na melhoria das condições de vida (Agência Gov, 2024).

O enfrentamento das desigualdades de gênero e da vulnerabilidade social demanda, portanto, a articulação entre uma compreensão crítica das formas de subjetivação e subalternidade e a implementação de políticas públicas comprometidas com a equidade, a justiça social e o reconhecimento das múltiplas trajetórias de vida das juventudes brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentar desigualdades na educação exige atenção às relações de poder que permeiam currículos, práticas pedagógicas e formas de subjetivação. A partir da perspectiva de gênero, o direito à educação deve articular igualdade e diferença, desafiando permanentemente as políticas públicas. Gênero, direitos e humanidade são construções sociais marcadas por hierarquias que naturalizam desigualdades. Nesse cenário, é essencial compreender como as desigualdades de gênero afetam a permanência de jovens mulheres em situação de vulnerabilidade no ensino médio, revelando a desautorização de certas vidas no espaço escolar. Ao questionar um ideal universal de humanidade, masculino, branco e heterossexual, evidencia-se como os direitos humanos podem ser esvaziados e usados como instrumento de controle, sobretudo em contextos neoliberais. Afirmar o direito à diferença, portanto, é também



um ato de resistência e uma aposta em práticas educativas que valorizem a pluralidade das existências (Vasconcelos; Felix, 2016).

Nesse sentido, a escola desempenha um papel crucial na formação para os direitos humanos, não apenas transmitindo conteúdos legais (constituição, estatutos, leis etc.), mas também como um espaço de convivência ética entre diversidades e afirmação das singularidades. O trabalho com gênero e sexualidade é essencial, pois desnaturaliza normas, amplia horizontes da cidadania e combate preconceitos no cotidiano escolar. Vasconcelos e Felix (2016) defendem que os direitos humanos devem ir além da universalização formal, considerando as desigualdades de gênero, sexualidade, raça/cor e classe na trajetória dos indivíduos. Em vez de confinar identidades, é necessário construir uma “diferença-devir” fluida e relacional, promovendo uma cidadania plural que articule igualdade e diversidade e resista à homogeneização.

Compreender os desafios enfrentados por jovens mulheres em situação de vulnerabilidade e os impactos da desigualdade de gênero na conclusão do ensino médio requer atenção às estruturas sociais que moldam suas vivências, silenciamentos e resistências. A articulação entre gênero, juventude, classe e direito à educação revela múltiplas barreiras, mas também estratégias de luta e afirmação. Reconhecer essas trajetórias é essencial para uma escola pública comprometida com a equidade, que valorize a diversidade e adote práticas pedagógicas emancipadoras. Ao destacar as vozes e resistências dessas jovens, esta pesquisa reafirma a educação como um espaço ético, político e transformador.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. **Ministério da Educação divulga panorama das mulheres na educação básica.** Número de matrículas femininas é maior a partir do ensino médio, de acordo com o Censo Escolar. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica>. Acesso em: 11 fev. 2025.

AGÊNCIA GOV. **Ministério da Educação investe em políticas para as mulheres.** Ações buscam o acesso, a permanência e o sucesso das mulheres na educação, em todos os níveis, como forma de reconhecimento e valorização. 2024. Disponível em: [Ministério da Educação investe em políticas para as mulheres — Agência Gov](#). Acesso em: 3 abr. 2025.

ALVES, J. de M.; SEMZEZEM, P. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na Política de Assistência Social. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 143–166, 2013. DOI: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p143.



- ARENDT, H. Sobre a Violência. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2009.
- ARENDT, H. Desobediência Civil. São Paulo: **Perspectiva**, 2010.
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo: Fatos e mitos 4. ed. São Paulo: **Difusão Europeia do Livro**, 1970.
- BERTOLDO, T. A.T. Currículo dos desejos: integrando subjetividades, construindo eus. 2023. 128 f. Tese (Doutorado em Educação) – **Universidade Federal de Sergipe**, São Cristóvão, 2023.
- BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S. K. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Editora: **Porto Editora**, 1994.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: **Editora Civilização Brasileira**, 2003.
- DAVIS, A. Mulheres, cultura e política. São Paulo: **Boitempo**, 2017.
- DAYRELL, J. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p.1105-1128, 2007
- DELEUZE, G. Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: **Editora 34**, 2001.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Kafka: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: **Imago**, 1977
- EUZÉBIO, P. M. Experiências escolares de jovens mulheres no Ensino Médio da rede pública. Campinas, SP. , 2023. Dissertação (mestrado) – **Universidade Estadual de Campinas**, Faculdade de Educação. São Paulo, 2023.
- FATTORELLI, M. Direito de Resistência como Potencial Emancipatório dos Direitos Humanos. 2013. **Relatório de Pesquisa do Programa de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC)**. (Departamento de Direito) – PUC-Rio, Rio de Janeiro. Disponível em:[Relatório PIBIC. Final](#). Acesso em: 05 abr. 2025.
- FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 7 ed. - Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 2008.
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade III: O cuidado de si. Rio de Janeiro: **Graal**, 1985.
- KEIN, C.; DAMICO, J. O uso da etnografia pós-moderna para a investigação de políticas públicas de inclusão social. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação. Belo Horizonte: **Mazza Edições**, 2012. 312p. 63-85.



OBSERVATÓRIO DE EQUIDADE EDUCACIONAL. **A Educação Brasileira e o Desafio da Equidade de Gênero: Dados Preocupantes no Education at a Glance 2024.** Disponível em: <https://equidadeeducacional.nees.ufal.br/2024/09/13/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

OLIVEIRA, I. M. S. Maternidade e empoderamento: um estudo sobre identidade interseccional de raça, gênero e classe com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, **Universidade Federal de Sergipe**, São Cristóvão, 2024.

OLIVEIRA, T. R. M. de. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação. Belo Horizonte: **Mazza Edições**, 2012. p. 279-303.

PADILHA, M. A. S. As representações sociais da evasão escolar para mães adolescentes: contribuição para a enfermagem. 93f. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, **Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, 2011.

PAIS, J. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, p.139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 1 maio 2022.

SENKEVICS, A.; CARVALHO, M. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. **Estudos avançados**, v.34, n.99, p.333-351, 2020.

SERGIPE EM FOCO. **Dia da Mulher: apesar dos avanços, desigualdade de gênero e raça ainda é presente em Sergipe.**2021. Disponível em: [Dia da Mulher: apesar dos avanços, desigualdade de gênero e raça ainda é presente em Sergipe](#). Acesso em: 12 fev. 2025.

SILVA, E. P.; DOURADO, E.O. C. (In)visibilidade das questões de gênero e sexualidade: diálogos com jovens estudantes em uma escola de ensino médio. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 13, n. 38, p. 140-157, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9258>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SPIVAK, G.C. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2010.

SPÓSITO, M. P.; TARÁBOLA, F.S.. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p.01-25, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/275/27553035003/>. Acesso em: 10 out. 2022.

VASCONCELOS, M. F. F.; FELIX, J. Gênero, Sexualidade e Direitos humanos na Educação Escolar: entre igualdades e diversidades, a diferença. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 255-272, 28 abr. 2016.

